

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA**
2 **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO DO CONSELHO**
3 **UNIVERSITÁRIO.** Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às
4 quatorze horas e trinta minutos, reuniu-se virtualmente a Comissão de Orçamento e Patrimônio
5 sob a presidência do Professor Doutor FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES
6 NETO, com a presença do senhor Thiago Baldini da Silva, coordenador da Assessoria de
7 Economia e Planejamento, e dos seguintes membros: Adilton Dorival Leite, Adriana Nunes
8 Ferreira, Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira, André Martins Biancarelli, Edson Tomaz,
9 João Luis Saraiva Moraes Abreu, Orival Andries Junior e Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho.
10 Havendo quórum, o SENHOR PRESIDENTE dá início à Centésima Quadragésima Segunda
11 Reunião Ordinária da Comissão de Orçamento e Patrimônio, que está sendo realizada
12 virtualmente, em função da suspensão das atividades presenciais na Unicamp. Submete à
13 apreciação as Atas da 138ª Reunião e da 2ª Reunião Extraordinária, consultando se há alguma
14 observação ou retificação. Não havendo, submete à votação as referidas Atas, que são
15 aprovadas com 01 abstenção. Passa à Ordem do Dia, composta por três itens: o item 01 trata da
16 proposta de distribuição orçamentária para 2021, já automaticamente destacado pela Mesa, e
17 pergunta se há destaque por parte dos membros. Não havendo, submete à votação os itens 02 –
18 Proc. Nº 01-P-6234/1989 – Reajuste de valores de taxas de serviços administrativos
19 extraordinários prestados pela Universidade e 03 – Calendário de Reuniões COP 2021, não
20 destacados, que são aprovados por unanimidade. Passa ao item 01 – Proc. nº 01-P-19600/2020
21 –, que trata da proposta de distribuição orçamentária da Unicamp para 2021. Solicita ao senhor
22 Thiago, da Aeplan, que faça uma breve apresentação dos itens que compõem a PDO de 2021.
23 O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que, como em todos os anos, fizeram toda a parte
24 de receita da proposta orçamentária baseada no projeto de lei orçamentária anual, que no
25 momento tramita na Alesp, que fixa tanto as receitas quanto as despesas do estado. Essa lei
26 considera o total arrecadado do ICMS até junho, uma previsão de despesas até dezembro, e
27 trabalha com as aplicações de PIB e inflação para o próximo ano, para chegar no número. Esse
28 ano, excepcionalmente, entrou aplicação da lei 17.293, mais conhecida como a PL 529, que
29 trabalhou com desoneração, benefícios fiscais que foram retirados, como vários outros itens de
30 despesa e orçamento do estado. No caso da Universidade, é só a parte de ICMS que realmente
31 importa. O projeto de lei 627, que está vigorando e que vai dar origem à LOA, está apresentado
32 na tabela do Anexo XII, trazendo as arrecadações que vão dar origem à quota-parte da
33 Universidade. Parte de uma arrecadação que faz os descontos de programas habitacionais e
34 insere as desonerações para chegar ao valor líquido da Unicamp, R\$2,591 bilhões. Traz essa
35 tela principalmente para verificarem, nesta primeira parte, que já está sendo considerado o valor
36 de ICMS, que antes já era totalmente distribuído entre receitas do tesouro geral e no Fundeb, e
37 adicionando uma novidade, que são os condicionados parte do estado, que explicará mais à
38 frente. A arrecadação total prevista para o estado é de R\$158,6 bilhões, de onde saem os 25%
39 da arrecadação para os municípios; os 75% referentes às arrecadações para o estado são
40 R\$18,962 bilhões, e deles é descontado o valor de R\$961 milhões referente aos programas

1 habitacionais, valor que subiu um pouco frente ao ano de 2020. A desoneração de ICMS é
2 colocada como uma transferência de R\$90 reais, que na verdade é mais para abertura de linha
3 dentro do orçamento estadual. Chegam a uma expectativa de arrecadação de praticamente
4 R\$118 bilhões para o orçamento de 2021. Em seguida, demonstra onde está discriminada a
5 Unicamp dentro do projeto de lei, e seu valor de R\$3,165 bilhões. O ICMS do estado está
6 dividido em três itens: o tesouro do estado, onde entrava normalmente o total das arrecadações
7 da Unicamp, mais o tesouro, que ele entra aqui como crédito suplementar de uma receita intra,
8 que na verdade são os recursos da área da Saúde. Como esse recurso passa pela Secretaria de
9 Saúde antes de vir para a Unicamp, ele entra como uma receita intra. Então, essas são as duas
10 linhas que deviam estar dividindo aquele R\$2,591 bilhões. E aparece essa novidade, que são
11 esses condicionados parte do estado, de praticamente R\$158 bilhões. Inicialmente esse valor
12 entra como uma quota-parte daquela arrecadação de R\$118 bilhões, que é o que eles imaginam
13 que poderia ter de aumento de arrecadação caso passasse a lei 529, então ele está condicionado.
14 No momento em que surgiu esse condicionado, todas as universidades correram atrás da
15 Secretaria da Fazenda para saber como esses valores seriam de fato repassados à universidade.
16 Mas até agora não existe nenhuma certeza de como esse recurso será repassado. Na sequência,
17 apresenta um gráfico para mostrar um pouco de 2020, para terem uma base para pensar 2021.
18 Abriram o ano com uma arrecadação prevista de R\$113,8 bilhões, e como já passou na COP,
19 aprovado na segunda revisão, esse valor cai para R\$101,3 bilhões; com o passar do tempo,
20 foram feitas revisões pela própria Secretaria da Fazenda, e o valor da arrecadação para o ano
21 de 2020 atualmente está em R\$108,8 bilhões. Isso significa que vão acabar tendo uma
22 arrecadação um pouco maior, que vai tranquilizar um pouco no pagamento das contas deste
23 ano. Mas quando fazem a comparação entre como foi 2020 e como vai ser 2021, aparece um
24 crescimento de arrecadação de praticamente 8,5%. Começam a se preocupar um pouco, porque
25 se somarem as arrecadações com PIB e inflação, esse valor de arrecadação deveria ser menor.
26 E além dessa preocupação, como há essa parte condicionada do estado, esses dados
27 condicionados nunca foram de fato mostrados às universidades ou mostrado como eles
28 chegaram a esses valores. O fato é que internamente possuem muitas dúvidas se vão arrecadar
29 essa totalidade como eles imaginam. Não foi escrito na proposta, mas também internamente
30 têm uma preocupação com os diversos ataques que a Universidade sofreu nos últimos tempos;
31 inclusive inicialmente na elaboração da LOA foi encaminhada uma dotação referencial para a
32 Universidade distribuir as suas despesas da forma como ela gostaria de receber as suas dotações.
33 Apesar de ser um documento que nos últimos anos sempre foi um valor referencial, este ano o
34 primeiro documento assustou as universidades, porque ele já veio com um texto prevendo que
35 aquilo seria o teto das universidades. Existe uma grande preocupação com relação a esses
36 valores condicionados. Seguindo no gráfico sobre 2020, diz que a linha preta significa qual foi
37 a previsão inicial para o exercício, sem a pandemia. Com a chegada da pandemia, houve as
38 quedas de arrecadação, chegando a ter meses em que o estado arrecadou R\$3 bilhões a menos
39 do que estava sendo previsto. Mas nos últimos quatro meses do ano houve uma arrecadação
40 muito maior do que prevista na proposta inicial. Isso indica a existência de uma bolha

1 econômica devido à injeção de recursos que aconteceu nos últimos tempos, com o auxílio
2 fornecido aos estados e aos cidadãos, os R\$600 do auxílio-emergencial. Entendem que esses
3 dois itens não devem se repetir em 2021, até porque alguns estados receberam uma ajuda maior
4 do que a perda de arrecadação que tiveram no ano. Acreditam que quando findar o pagamento
5 dos R\$600 agora em dezembro, esse patamar não deva ser atingido, deve ser um patamar bem
6 abaixo do que estão vendo atualmente. Um pouco da preocupação sobre esse crescimento de
7 arrecadação previsto pelo estado. Seguindo, apresenta que os R\$2,591 bilhões dos recursos do
8 tesouro do estado já estão divididos entre a quota-parte da Unicamp e os recursos
9 condicionados. O valor de R\$2,433 bilhões se refere a uma arrecadação de R\$110,8 bilhões
10 para o ano seguinte, e os R\$157 milhões a R\$7,2 bilhões de arrecadação. Então aqui o estado
11 já separou, e continuam mantendo isso separado na revisão orçamentária dentro da proposta
12 aqui apresentada à COP. Utilizando aquela base dos R\$110,4 bilhões de arrecadação,
13 apresentam os dados de arrecadação do estado, tanto em valores nominais, que estão na
14 proposta, como em valores reais. Também apresentam que vai haver um leve crescimento de
15 2021 frente a 2020, e o próximo gráfico praticamente se repete, só que com valores de quota-
16 parte da Universidade. Enquanto em valores nominais devem receber R\$2,4 bilhões em 2020,
17 esse valor é aumentado em apenas cerca de R\$30 milhões para o ano seguinte. Isso mostra que
18 em valores reais, mantidos esses valores de tesouro do estado, teriam valores reais menores em
19 2021 do que em 2020. Seguindo para as outras fontes de receita, nos recursos próprios da
20 Universidade também aparece um valor bem inferior ao que foi orçado em 2020, porque
21 praticamente todas as receitas, de uma forma ou de outra, acabaram sendo reduzidas. Nos
22 recursos da receita de aplicações financeiras, há uma otimização para bancar o déficit da
23 Universidade no ano, mas também eles sofreram grande impacto das sucessivas quedas da taxa
24 de juros. Quando a taxa de juros diminuiu a esse menor patamar que está atualmente, ela
25 derrubou também aquelas previsões iniciais, e ela está sendo refletida em uma base sobre o
26 quanto estão recebendo mensalmente. As receitas das unidades universitárias também tiveram
27 uma grande redução, mas não conseguiu concluir se existe alguma outra razão ou se é somente
28 por causa do isolamento social, do teletrabalho. Dessa forma, estão aplicando uma redução
29 frente ao que aconteceu nos últimos meses da Universidade. Para a receita de transportes, estão
30 trabalhando com o cenário de que a Universidade voltará 100% ao presencial em 2021. Caso
31 isso não ocorra, farão algum ajuste na primeira revisão. No caso dos restaurantes, abaixa um
32 pouco a redução das receitas, pois mesmo voltando acreditam que o isolamento fará ser menor
33 o número de refeições dentro do restaurante do que anteriormente. As próximas alíneas se
34 mantêm mais ou menos como estão. No termo de adesão correspondente à venda da folha
35 salarial da Unicamp pelo estado ao Banco do Brasil os recursos são aplicados, e as receitas
36 diversas mantêm uma base histórica. Com isso, as receitas estão praticamente R\$209 milhões
37 abaixo da expectativa de despesas totais. Essa despesa total, como já foi apresentado em 2020,
38 está dividida em suporte financeiro, que seria o déficit de fato do exercício de 2021, R\$79
39 milhões, e R\$130 milhões que são o saldo de anos anteriores que estão sendo novamente
40 aplicados nesta proposta orçamentária. Em seguida, apresenta o quadro com um apanhado geral

1 de todas as receitas, no valor de R\$2,6 bilhões, que com o acréscimo do suporte financeiro
2 necessário vai para R\$2,841 bilhões de arrecadação para 2021. Em relação a 2020, houve um
3 acréscimo de 2,7%, enquanto há um acréscimo de 6% frente a segunda revisão. Em 2020, o
4 isolamento reduziu diversas despesas, e as despesas estão sendo tratadas em 2021 como
5 voltando aos patamares normais, principalmente de água, energia elétrica, restaurante. Já as
6 despesas, até pelo fato de entrar a parte do saldo, têm o mesmo crescimento das receitas, e
7 esclarece que a diretriz principal quando fizeram a proposta de 2021 foi a manutenção das
8 despesas atuais devido ao período de incerteza. A não ser em alguns pontos específicos, têm
9 sido mantidos todos os valores para 2021. Falando das despesas, a primeira é do Grupo I -
10 Pessoal, e informa que estão trabalhando com os mesmos valores de horas extras, plantões,
11 auxílio-alimentação, auxílio-criança e educação especial, que estão sendo baseados nos
12 pagamentos atuais e no número de pessoas que estão dentro da Universidade. O pequeno
13 acréscimo é mais pelo número de pessoas do que pelos valores em si. Mesmo com esses valores,
14 a folha de pagamento está em um valor menor do que o patamar de 2020. É interessante ressaltar
15 que apesar de todo crescimento que essa folha acabou sofrendo no período, principalmente no
16 início do ano, o que traz principalmente essa redução é a mudança nas alíquotas de
17 previdenciários. Consta o dado da insuficiência financeira no texto, de R\$548 milhões, e na
18 proposta de 2020 esse valor chegava a quase R\$600 milhões. Então, todas as mudanças de
19 legislação ajudaram a reduzir essa folha salarial, sem comentar sobre os impactos que elas
20 causam. Mas, de fato, a folha aqui está sendo reduzida grande parte por essas mudanças.
21 Seguindo, no Grupo II, as despesas de sentenças judiciais, que assustaram a todos em 2020 pelo
22 valor muito maior do que vinha sendo pago anteriormente, este ano voltam aos patamares. Na
23 verdade, voltam até um pouco abaixo dos patamares anteriores do ano de 2020, quando esse
24 gasto era por volta de R\$10 milhões anuais, hoje estão com R\$8 milhões. Seguindo no próximo
25 grupo de despesas, Grupo III - Despesas de Utilidade Pública, é apresentado um gráfico com o
26 crescimento dessa despesa percentualmente dentro das despesas da Universidade, mas estão
27 imaginando a Universidade funcionando em 2021 100% presencial, então as despesas de
28 utilidade pública como água e energia elétrica tiveram os valores reajustados, conforme os
29 reajustes de 2020, e as quantidades acertadas baseadas no que foi a real execução de 2019, e
30 como estavam vindo essas movimentações em 2020 até o início do isolamento. Restaurantes e
31 transportes estão sendo tratadas da mesma forma, somente com os reajustes contratuais, a
32 aplicação de infração e manutenção das quantidades. Acreditam que qualquer variação do
33 cenário atual vai causar impacto aqui e pode acabar reduzindo essas despesas. Preferiram
34 trabalhar com valor cheio, uma vez que caso não aconteça, isso tende a reduzir e não ampliar o
35 déficit. No Grupo V – Despesas Contratuais, o aumento apontado é fruto praticamente de
36 inflação; alguns contratos tiveram mudança, também há alguns poucos recursos que saem de
37 custeio e entram para os contratos, casos em que as unidades decidiram aumentar os contratos
38 de alguma forma ou outra. Mas, de forma geral, têm sido mantidas as despesas nos patamares
39 atuais, com o reajuste que aconteceu em 2020, mas estão sendo mantidos para 2021, sem
40 nenhum grande aumento em nenhum contrato específico. Entrando no Grupo VI- Programas

1 de Apoio, informa que foram mantidos praticamente os valores de todos os programas. No
2 programa de manutenção predial, manutenção de infraestrutura, o próprio PQO, Programa de
3 Qualificação Orçamentária, estão sendo mantidos os valores de 2020, e é bom frisar que são
4 mantidos os valores do início da proposta orçamentária, não os valores que são contingenciados
5 no meio da pandemia, aqueles 25%; voltam aos valores do início da PDO 2020 e estão aplicando
6 os mesmos valores para 2021. Nos próximos programas de apoio, os programas de bolsas
7 sofreram algum aumento, em quantidade, assim como outros programas relacionados às
8 atividades de ensino. O programa de residência médica teve um aumento percentualmente
9 pequeno, que correspondeu a R\$42 milhões, que se trata do aumento de dois auxílios e mudança
10 de categoria de 18 auxílios que saíram do valor menor, R\$422, para R\$540. A bolsa-auxílio
11 social está com aumento de 95 bolsas para 2021, e auxílio-moradia também está com aumento
12 expressivo, de 115 bolsas. Observa que são as bolsas que a Universidade já vem pagando desde
13 o final de 2020. Portanto, mesmo com todas as situações que aconteceram em 2020, até a
14 mudança do perfil dos estudantes dentro da Universidade, esses aumentos de bolsas estão
15 entrando novamente, pelo quinto ano consecutivo, com um aumento, e nesse caso um aumento
16 expressivo da quantidade. Está havendo também um aumento da bolsa-auxílio social - ensino
17 médio/técnico; ainda não distribuíram entre Cotil e Cotuca, deixaram para a Deepu fazer a
18 análise, porque como em 2021 começa o processo seletivo utilizando cotas nos colégios, foi
19 imaginado que talvez essa bolsa tenha uma maior demanda nesse período. Dessa forma, foram
20 distribuídas 19 bolsas a mais, e à medida que forem necessárias, a diretoria executiva vai
21 trabalhando esses valores e vendo para qual colégio ela vai ser aplicada, qual a parcela para o
22 Cotuca, qual a parcela para o Cotil. Também houve aumento de benefício de auxílio-transporte
23 de 35 bolsas, lembrando que no início de 2020 foi instituído o benefício auxílio-transporte para
24 o ensino médio e técnico. Também é uma bolsa que foi criada antes da pandemia, que, na
25 verdade, o Cotuca sempre pagou nos últimos anos, buscando recursos de saldo, e com o valor
26 de custeio sendo mantido o mesmo, chegou um momento em que se tornou inviável para o
27 colégio pagar essa bolsa. Em 2020, tiveram de procurar recursos para fazer o pagamento dessas
28 bolsas, e em 2021 eles já estão entrando orçamentados na proposta, para não haver mais
29 prejuízo aos alunos. Outra mudança foi a variação no programa do estágio docente, os PEDs.
30 Foram criadas disciplinas para alunos indígenas, demandando 14 PEDs no ano, PEDs D. No
31 caso de PEDs C, estão entrando nove auxílios, que só serão utilizados no segundo semestre.
32 Esse recurso não foi necessário no ano passado, os PEDs acabaram sendo distribuídos pelas
33 unidades e agora estão aplicando esses recursos somente para os indígenas, também um
34 crescimento que está acontecendo na proposta. Seguindo para as despesas, os outros programas
35 de apoio, como recursos para programa de treinamento, estão sendo mantidos os mesmos
36 valores de PAAEEC, de Programa de Apoio e Valorização da Extensão Universitária, Programa
37 da Moradia Estudantil, aconteceu um pequeno movimento, mas é mais por conta do reajuste
38 dos contratos. O que tem de novidade aqui é o programa São Paulo Excellence Chair e o
39 Programa de Internacionalização, que estão entrando com recursos reduzidos em função de
40 acreditarem que no início do ano não serão utilizados os recursos, e eles fizeram com base

1 também no saldo que sobrou de 2020. Então, com a utilização do saldo, eles não precisavam
2 receber os valores cheios em 2021, e estão apresentando já os valores solicitados, que são
3 menores. No Grupo VII – Manutenção das Atividades Existentes, os valores são os mesmos do
4 inicial da proposta de 2020. A redução apresentada é de praticamente R\$100 mil, em razão de
5 unidades que usaram o seu custeio para transformar em contratos. O Grupo VIII – Projetos
6 Especiais está praticamente na mesma base do ano passado. Os que sofreram mudanças
7 significativas foram: o PATC, Plano de Atualização Tecnológica Continuada, que passa de
8 R\$1,618 milhão para R\$4,7 milhões. Aqui indicam que são dois fatores principais: algumas
9 despesas de *softwares*, que não são pagas anualmente, são pagas ano sim, ano não, ou uma vez
10 a cada três anos. No caso de 2021, está entrando antivírus, que é um valor maior, de R\$1 milhão,
11 e tem o acréscimo também de despesas causado pela necessidade de virtualização da
12 Universidade, aquisição de *softwares* do G-Suite, algumas outras manutenções do aumento do
13 uso de nuvem, mas é somente para manutenção de *softwares* corporativos da Universidade.
14 Outro item que aparece como uma mudança, mas como redução, é nos projetos estratégicos,
15 cujo valor caiu de R\$16,5 milhões para R\$12 milhões. Os investimentos aprovados para obras,
16 que são controlados pela Depi, estão em R\$5 milhões, diferente dos R\$15 milhões de
17 anteriormente. Existe uma tentativa de segurar as despesas da Universidade com obras, mas já
18 há muito valor orçado para obras, então a execução continua normalmente. Na verdade, é só
19 uma distribuição menor para novos empreendimentos. E aqui aparece, pela primeira vez, acordo
20 de pagamento da taxa de lixo de 2014 a 2017. Foi um acordo feito com a prefeitura, que já
21 passou na COP no início de 2020, e com base nele estão pagando R\$3,3 milhões anualmente,
22 que será vigente por cinco anos. Ele não aparecia como item específico de despesa em 2020,
23 apesar da aprovação, porque ele entrava na linha abaixo, de investimentos autorizados. Ele
24 passou a ter uma linha própria porque é uma despesa que vai continuar pelos próximos anos.
25 No Grupo IX, o primeiro item do subgrupo de receita, que é a receita própria cujos valores são
26 revertidos às unidades, dos R\$41 milhões de receita própria que pretendem receber em 2021,
27 R\$3,120 milhões é o quanto vai ser gerado pelas unidades. De novidade, apresentam uma
28 sugestão de reserva de contingência, dos recursos condicionados da parte do estado. Quando
29 estavam elaborando a proposta, ficaram com muita dúvida até se será feito esse repasse à
30 universidade, se a arrecadação vai subir aqueles 8,4% ou não. Então, preferiram trabalhar com
31 esse valor contingenciado, para não aparecer como novas despesas, acharem que esse valor está
32 disponível. E em 2021, à medida que aqueles valores forem de fato repassados à Universidade,
33 for feita uma tratativa de como serão feitos os repasses, na primeira revisão fazem o ajuste
34 desses valores. Atualmente possuem receio de que esses valores abram o ano de 2021
35 contingenciados, e com o passar da arrecadação dos próximos meses, se o ICMS tesouro
36 começar a crescer de fato, eles possam transferir esses valores para a fonte 1, e esses valores
37 nunca entrem de fato aqui. Então deixam a sugestão de entrar contingenciado, porque se não
38 acontecer a arrecadação ou os valores forem contingenciados de fato, já estão trabalhando com
39 o número final de déficit, em que já podem fazer uma comparação real com o que vai ter de
40 saldo financeiro dentro da Universidade. Seguindo nos outros itens de despesas, o Grupo X –

1 Créditos a Conceder, corresponde ao saldo que terminou em 2020, que sai da PDO 2020 para
2 entrar em 2021. Os R\$66,7 milhões são aqueles valores que no início do ano já repassados às
3 unidades; parte do custeio das unidades, o valor equivalente ao saldo de programa, que antes
4 era R\$25 milhões, passou para R\$31 milhões. São praticamente os programas de 2020 que não
5 tiveram realização. Aqui entram alguns editais daqueles investimentos aprovados que não
6 aconteceram e os saldos estão sendo levados para 2021. Próximo item, que é a redução de R\$2,6
7 milhões para R\$1,2 milhão, se deve basicamente a recursos anteriores a essa tratativa de
8 disponibilização de saldo que estavam retidos na Aeplan. Fizeram um contingenciamento maior
9 na segunda revisão, mas aqui está com valor reduzido, e há desde o recurso que não entrou de
10 convênio, que não pode ser utilizado para outras coisas, como recurso do PAAEEC, que já foi
11 distribuído em um item específico para ele, ele está sendo retido. E o último item do saldo, que
12 era de R\$36 milhões, hoje está em praticamente R\$30 milhões, contendo a antiga lista da PRDU
13 e os investimentos aprovados pela COP nos últimos anos, 2019 e 2020. Para maior ciência da
14 COP, elaboraram um arquivo hoje que a SG passou por *e-mail* aos membros, onde está definido
15 exatamente o que está dentro de cada número. Então, em vez de estar escrito aqui um valor
16 como lista da PRDU, lá tem exatamente todos os empreendimentos que estão sendo orçados
17 nesses valores. Então fica um valor para ciência, que não quiseram colocar diretamente na
18 proposta orçamentária porque esses saldos costumam aparecer no fechamento de 2020. Então,
19 para não misturar muito os assuntos, enviaram isso à parte para os membros. O fechamento
20 total de despesas chega a R\$2,841 bilhões, e para mostrar essa transparência, redigiram um
21 parágrafo que resume um pouco o que vêm escrevendo e fazendo nos últimos anos, no sentido
22 de que todos os itens passíveis de execução para o ano estão sendo citados na proposta de
23 distribuição orçamentária. Reafirma que qualquer item de despesa que não tenha sido
24 apresentado na proposta deverá ser submetido à COP para aprovação. Na verdade, é isso o que
25 já vinham fazendo nos últimos anos, mas nunca tinha sido citado claramente na proposta
26 orçamentária. Seguindo na proposta orçamentária, são apresentados dados de assistência e
27 permanência estudantil, que estão entrando com um valor de R\$77,6 milhões, que corresponde
28 a pouco mais de 19% do custeio da Universidade. Já a assistência a servidores tem o valor de
29 R\$160 milhões, equivalente a 39% do custeio da Universidade. Como vem sendo apresentado
30 nos últimos dois anos, mostra o quadro de participação da área da Saúde, não no custeio, mas
31 em todas as despesas da Universidade, correspondendo a 19,5%. Trata-se de todos os valores
32 identificados na área da Saúde; todas as despesas que são feitas de forma centralizada, itens
33 comuns como água, energia elétrica, auxílios, estão fora desses valores, que é mais um valor
34 referencial do que aparece dentro da proposta. Estão trabalhando teoricamente com um déficit
35 de R\$208 milhões; fecharam a segunda revisão com déficit de R\$360 milhões, e no início de
36 novembro o saldo da Universidade era de R\$420 milhões. Conforme visto no gráfico sobre
37 aumento de arrecadação, talvez nos próximos meses o mensal não tenha déficit em relação às
38 despesas frente a arrecadação, então, contando o mês a mês, talvez até consigam aumentar um
39 pouco. É claro que nesse período vai ter o pagamento de décimo terceiro, que vai ser
40 descontado, então o valor que vai sobrar no final do ano na reserva financeira é superior a esses

1 R\$208 milhões, o que dá tranquilidade para a execução no próximo ano. O SENHOR
2 PRESIDENTE diz que possuem um saldo financeiro de R\$422 milhões, em 31 de outubro. Há
3 a previsão de pagamento do décimo terceiro salário, 1/3 de férias, que são valores pagos até o
4 fim do ano. Mas como a previsão do comprometimento da reserva estratégica é da ordem de
5 R\$209 milhões, vai ser possível, se as previsões se confirmarem, arcar com todas as despesas
6 de 2021. Portanto, conseguiram nesta proposta de distribuição orçamentária passar mais um
7 ano sem que esgotassem completamente os recursos da reserva. Neste ano, possuem um item
8 novo e curioso nas receitas, que são os recursos condicionados, que o senhor Thiago apresentou
9 muito bem. Olhando o quadro da página 23, percebem que os recursos do tesouro do estado
10 destinados à Unicamp são da ordem de R\$2,59 bilhões, mas desse volume há cerca de R\$158
11 milhões, mais ou menos, os 6%, que são condicionados, e, como disse bem o senhor Thiago,
12 existe uma grande incerteza sobre o repasse desses recursos condicionados. Como não tinham
13 certeza sobre esse repasse, mas precisam mencionar aqui, como está previsto na distribuição
14 orçamentária do estado, apresentam então esses recursos comissionados como um item de
15 receita separado dos demais recursos oriundos do ICMS. O que chamam de quota-parte da
16 Unicamp sobre o ICMS líquido é da ordem de R\$2,43 bilhões, esse é o recurso com o qual
17 estão de fato contando. Os recursos condicionados aparecem como receita e depois aparecerão
18 no Grupo IX como despesa, e isso lhes dá alguma segurança de que não estarão contando com
19 recursos que eventualmente não entrarão no caixa da Universidade. É claro que caso esses
20 recursos venham a ser repassados para a Unicamp, eles podem ser utilizados, por exemplo, para
21 abater o déficit, porque, como o senhor Thiago mencionou, o comprometimento da reserva
22 estratégica é de R\$209 milhões, e esses recursos condicionados correspondem a R\$158 milhões.
23 Essa posição mais cautelosa é necessária também devido à incerteza que ronda 2021. Então, se
24 descontam das despesas esses recursos condicionados, possuem R\$129,6 milhões que vão ser
25 gastos com o Grupo X, que são as despesas não empenhadas em anos anteriores; e R\$2,55
26 bilhões que vão ser gastos com as despesas dos Grupos I a VIII, que são as despesas mais
27 pesadas da Universidade. Observa que a receita líquida é de R\$2,43 bilhões, e a despesa dos
28 grupos de I a VIII é de R\$2,55 bilhões, portanto estariam consumindo quase 105% dos recursos
29 previstos para receberem do ICMS, descontada a parte condicionada. Esse orçamento tem
30 poucas mudanças com relação a este ano, porque o cenário adverso se mantém. O senhor Thiago
31 apresentou todas as variações, mostrou os quadros, e ressalta que houve uma redução forte de
32 quatro itens: gastos com sentenças judiciais, menos 70%; programa de internacionalização e
33 São Paulo Excellence Chair, que caíram 50% e 61%, respectivamente; recursos para o
34 planejamento estratégico, 27% de queda; e recursos para investimentos da Depi, 66,7% de
35 queda com relação ao que foi previsto nominalmente no orçamento de 2020. Em contrapartida,
36 ocorreu um aumento expressivo com relação ao orçamento de 2020, como disse o senhor
37 Thiago, nos seguintes itens: o Plano de Atualização Tecnológica Continuada – PATC, que teve
38 um aumento provocado por licenças que devem pagar no próximo ano; e um aumento
39 expressivo nas bolsas e auxílios, principalmente aos alunos. Elaborou uma tabela incluindo a
40 bolsa pesquisa, as residências médicas, o Profis etc., e pelas suas contas, possuem R\$55,7

1 milhões a serem destinados a bolsas diversas, um aumento de R\$2,1 milhões com relação a
2 2020. Os valores de outros itens estão sendo mantidos, e mesmo com essa manutenção há um
3 déficit de R\$209 milhões. Lembra que o déficit projetado para 2020 era de R\$204 milhões, e
4 estão mantendo mais ou menos o déficit projetado de um ano para o outro, assim como reduzir
5 o saldo de reserva estratégica, mas não vão comprometê-lo integralmente. O ano de 2020 foi
6 de muitas privações para toda a Universidade, passaram grande parte do ano trabalhando de
7 forma remota, os seus hospitais tiveram um desafio sanitário e financeiro, que eles souberam
8 superar. Foram obrigados a fazer um contingenciamento de R\$72 milhões em maio, e tinham
9 originalmente uma expectativa de que o déficit da Universidade caísse ao longo de 2020, mas,
10 com a pandemia, não conseguiram atingir esse objetivo. Foi necessário um esforço muito
11 grande para que não houvesse uma redução, um comprometimento muito grande das reservas,
12 e isso não é mérito de uma ou outra pessoa, é um mérito da Universidade inteira. Então é preciso
13 agradecer a todos os servidores não docentes e docentes da Universidade, pela compreensão da
14 gravidade da situação e pela colaboração na redução do déficit previsto aqui em função da
15 pandemia. Destaca novamente o papel dos servidores da área da Saúde, porque além de terem
16 sofrido como os demais servidores, ainda tiveram de enfrentar uma pandemia totalmente
17 desconhecida e fizeram isso com grande competência e abnegação, portanto merecem os
18 parabéns. Olhando para o futuro, sabem que 2021 vai ser um ano de grandes incertezas, então
19 precisam de alguma cautela. As incertezas estão relacionadas à recuperação econômica; houve
20 um crescimento do ICMS, mas a persistência desse patamar alto é bastante duvidosa. Também
21 há incerteza relacionada à entrada dos recursos condicionados da receita do tesouro do estado,
22 que vão poder ser utilizados para abater o déficit. Além disso, existe a incerteza relacionada ao
23 recrudescimento da pandemia, aos efeitos sanitários, e há, naturalmente, incerteza com relação
24 à reforma tributária que está no Congresso; não sabem o que ocorrerá, se a reforma será ou não
25 aprovada e em que moldes ela será aprovada caso venha a acontecer. Então, como consta nas
26 conclusões do Informe Aeplan, embora estejam diante de um cenário melhor, ainda vão precisar
27 utilizar grande parte das reservas para abater o déficit. Precisam fazer o máximo esforço para
28 manter as despesas sob controle, acompanhando a arrecadação e o repasse daqueles recursos
29 condicionados. O Acadêmico JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU primeiramente
30 agradece ao senhor Thiago pela exposição muito clara, que inclusive trouxe alguns
31 esclarecimentos importantes em relação à situação. Agradece a todos e a todas, especialmente
32 à equipe da Aeplan que também faz esse trabalho. Todos devem estar um pouco assustados,
33 apesar dos otimismo que a proposta e o governo do estado aparentam, mas acha que não
34 conseguem ser tão otimistas assim. Antes de trazer a questão mais central, que é sobre os R\$157
35 milhões e como vão mostrar isso para a Universidade, essa incerteza que possuem em relação
36 aos recursos do estado, vai fazer alguns comentários. Há três anos vem estudando o orçamento
37 da Unicamp em uma pesquisa, então está lendo todas as propostas de distribuição orçamentária
38 desde 2007, e acha que houve muitos avanços em termos de clareza para a comunidade, tanto
39 na divisão dos déficits, especificando que parte dele vem dos anos anteriores e parte é do ano
40 vigente, assim como também em relação à transparência sobre a percentagem de recursos da

1 área da Saúde, que apareceu no fim e geralmente não é algo que aparece constantemente. Então,
2 a proposta avança bastante em níveis de transparência. Observa que às folhas 03 é apresentado,
3 ao final do segundo parágrafo, que “difícilmente essa recuperação em ‘V’ poderá ser repetida
4 em uma possível regressão do cenário sanitário atual, ou uma segunda onda, uma vez que as
5 contas públicas não aguentariam o aumento do déficit”. Sugere que substituam o trecho “que
6 as contas públicas não aguentariam o aumento do déficit” por “uma vez que há uma
7 indisposição política com o aumento do déficit”, porque é uma discussão teórica, mas as contas
8 públicas aguentarem ou não o déficit parte de um ponto de vista econômico, de uma ideologia
9 econômica que não condiz necessariamente com a realidade, inclusive uma ideologia que vem
10 sendo difundida que muitas vezes justifica que não tenham recursos orçamentários para a
11 Universidade, não tenham capacidade de bancar inclusive a universidade pública no orçamento.
12 Observa também que às folhas 04, o gráfico 2 está com as legendas um pouco difíceis de serem
13 lidas, os quadradinhos que identificam os deflatores não transmitem de imediato a
14 correspondência; claro que a ordem transmite, mas talvez também seja bom garantir que a
15 legenda esteja compreensível. Às folhas 05, na parte de receitas, nos gráficos o ano-base é 2016,
16 então seria interessante para o leitor que não acompanha o orçamento, que vai buscar se
17 informar diante de um ano tão crítico como o ano que vem, ressaltar que o ano de 2016 foi um
18 ano de fundo do poço, que foi o ano com a menor arrecadação, porque senão parece que estão
19 em uma trajetória de crescimento como se esse crescimento fosse expressivo, mas ainda não
20 chegaram nos patamares nem de 2010. Então acha que é importante ressaltar isso para a pessoa
21 que for ler o orçamento não acabar se enganando, como se estivessem em um momento de
22 bonança. Estão em uma recuperação desse fundo do poço e é importante que seja ressaltado
23 isso. Em relação à questão que considera mais difícil, que se encontra às folhas 07, a análise do
24 déficit, há agora uma subdivisão entre o déficit do exercício e o déficit de anos anteriores, que
25 é essencial de ser feita e a Aeplan passou a adotar isso depois de muitas insistências aqui na
26 COP, de diversas pessoas, e foi algo muito positivo. Mas preocupa-o que o leitor fugaz talvez
27 não compreenda exatamente o que significa essa diferença entre o déficit do exercício, que é
28 um déficit que tem de ser executado, não existe uma saída em relação a isso, e o déficit de anos
29 anteriores, os R\$128 milhões que estavam previstos de déficits de exercícios anteriores para
30 este ano e dos quais conseguiram salvar R\$100 milhões. A situação é da maior gravidade
31 possível, independentemente disso. É importante orientar o leitor nos parágrafos que estão
32 acima da Tabela 1, para compreender que o suporte financeiro do exercício é algo que
33 obrigatoriamente vai ser despendido, porém o suporte financeiro dos anos anteriores é algo que
34 tem maior controle porque passa exatamente pela assessoria estratégica de planejamento, são
35 os recursos da unidade que acabam por serem despendidos. Claro que uma parcela desses
36 recursos de R\$129 milhões será despendida, e é importante que conste. Mas sabem que não vão
37 ser esses R\$129 milhões, provavelmente uns R\$100 milhões a menos não devem ser
38 operacionados, assim como neste ano, o que modifica bastante a quantia do déficit. A
39 diferenciação entre o déficit anual e o déficit de recursos anteriores, mesmo que contabilizem
40 exclusivamente o suporte financeiro do exercício, que finjam que essa parcela do suporte

1 financeiro de anos anteriores não vai ser utilizada, já teriam uma sobra, pelo orçamento previsto,
2 na reserva estratégica de R\$80 milhões ao fim do ano que vem. Esses R\$80 milhões não cobrem
3 nem metade de uma folha salarial, e com uma previsão de crescimento do PIB de 3,3% que lhe
4 parece bastante irreal, e uma previsão de R\$80 milhões que necessita, para existir, para ser neste
5 valor e não ser um valor de menos R\$70 milhões que a gente poderia estar negativo no balanço
6 ano que vem, desses R\$157 milhões que o estado resolveu não colocar de forma explícita nos
7 tesouros do estado e que foi reiteradas vezes dito que não há garantias de que vai ocorrer. Então,
8 sua preocupação é se não seria correto transmitir ao Conselho Universitário e aos demais que
9 vão ver este orçamento uma interpretação que não conte inicialmente com esses R\$157 milhões.
10 Isso significa comunicar que o orçamento ano que vem vai ser insuficiente, mas acredita que
11 deveriam expor a situação de forma clara: dependem deste para ter um orçamento que caiba,
12 porque o texto da proposta menciona que o montante será suficiente para cobertura dos déficits
13 de 2020/2021, e não é necessariamente suficiente para cobertura dos déficits de ambos os anos.
14 Não só não é suficiente, como estão superestimadas as receitas do estado e estão contando
15 com um recurso com o qual, pelo que foi feito pelo governo do estado esse ano com os recursos
16 da Universidade, a tentativa de ataque claro ao orçamento universitário, não contaria tanto.
17 Acha que devem expor que o orçamento será desta forma ou de outra a depender desses
18 recursos, expor as duas situações. É uma forma também de fazer pressão sobre o governo, e ao
19 mesmo tempo gerar controle orçamentário dentro da Universidade, porque senão vão achar que
20 terão recursos que suspeita que não estão garantidos. E talvez na primeira revisão orçamentária
21 possam repensar sobre isso. O SENHOR PRESIDENTE diz que com relação ao texto das folhas
22 03, considera que o melhor seria simplesmente suprimir o que vem depois de “uma segunda
23 onda”. Com relação à legenda da figura 01, às folhas 05, entende a crítica do acadêmico João
24 Luís; está difícil de enxergar porque a figura foi reduzida para que coubesse em metade de uma
25 página. Vão tentar melhorar a legibilidade da legenda. Sobre as despesas que ficam no Grupo
26 X – Dotações Não Empenhadas Em Exercícios Anteriores, que aparece como despesa e o que
27 aparece como receita, como dinheiro extraído da reserva técnica, essa é uma política que têm
28 adotado nesses últimos anos e é muito positiva, e ela inclusive está bem representada em um
29 *slide* que o senhor Thiago apresentou, destacando que o propósito é serem o mais transparentes
30 possível, portanto a indicação é que só é possível gastar qualquer coisa na Unicamp em 2021
31 se isso aparecer no orçamento. Essa é a base da transparência, e é por isso que essa despesa terá
32 de aparecer como receita também para compensar. É claro que poderiam deixar isso tudo como
33 algo que está só na reserva estratégica, e que vai consumir a reserva estratégica, mas não é
34 despesa; mas isso não é uma boa prática, porque é uma maneira de não assegurar que algum
35 gasto possa ser feito em 2021 sem estar previsto no orçamento. Então, fazem questão de colocar
36 lá, porque, se alguém pedir para a PRDU e para a Aeplan um gasto de R\$200 reais, esses R\$200
37 reais têm de estar no orçamento. Não são R\$200 reais que foram aprovados em 2018, por
38 exemplo; todos estão vendo, o senhor Thiago inclusive mandou o anexo 1, onde têm de estar
39 previstos todos os gastos. O Acadêmico JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que
40 talvez tenha se expressado mal: não é para não constar na proposta, é para constar nas despesas.

1 Acha correto e necessário que conste. O SENHOR PRESIDENTE diz que isso aparece como
2 despesa e como receita. O Acadêmico JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU concorda
3 que deve constar. O que solicita é que no texto, às folhas 07, onde explica o déficit, seja
4 explicitado exatamente o significado de cada um desses déficits, o que significa ser um suporte
5 financeiro no exercício, e o que significa ser um suporte financeiro nos anos anteriores, que isso
6 esteja redigido. Porque senão uma pessoa que vai olhar um orçamento com mais de R\$400
7 milhões de reserva estratégica e vai ver que possuem um déficit de R\$379 milhões do ano
8 anterior e R\$208 milhões, ela vai achar que vão entrar em falência o ano que vem, o que pode
9 ser uma possibilidade, mas não uma necessidade. Acha que deixar escrito o que significa cada
10 um desses recursos e como são aplicados traz clareza à comunidade que vai ler o documento.
11 O SENHOR PRESIDENTE concorda que podem redigir um parágrafo sobre isso, farão todo o
12 possível para deixar mais claro o texto. Observa que o mesmo foi feito com relação aos recursos
13 condicionados do governo do estado. Não podem dizer que eles não existem, por isso os
14 incluem, mas como possuem sérias dúvidas de que eles serão repassados, os incluem como
15 receita e também como despesa. Prefere que mantenham dessa maneira, como receita e como
16 despesa, a que suprimam essa informação, porque faz parte do orçamento que o estado
17 apresentou para 2021. O Professor ALEXANDRE LEITE RODRIGUES DE OLIVEIRA diz
18 que é uma questão, também nessa linha, de deixar claras certas situações, por exemplo, das
19 eventuais promoções ou progressões na carreira que ficam também bloqueadas. Pergunta se
20 isso corresponde ao item F das folhas 10, que é a questão de proibição de incrementos de
21 despesas. Talvez fosse o caso de também explicitar “afetando, portanto, progressões e
22 promoções na carreira” ou algo assim. O SENHOR PRESIDENTE diz que podem incluir, no
23 próprio item F, um comentário sobre isso. O Professor ALEXANDRE LEITE RODRIGUES
24 DE OLIVEIRA diz que se os R\$157 milhões forem liberados, eles não podem ser usados para
25 essa finalidade, porque existe na lei a questão da proibição do incremento. O SENHOR
26 PRESIDENTE confirma que ainda que recebam aquele recurso condicionado, ele não pode ser
27 utilizado para progressão ou contratação, porque a lei complementar os impede de usar recursos
28 com isso. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI elogia a maior clareza da
29 apresentação. Anotou algumas observações pontuais; no sentido da prudência na proposta,
30 separar o que é recurso condicionado está correto. É um ano em que se o cenário mais moderado
31 se confirmar, vai ser um pouco mais tranquilo do que previram alguns poucos meses atrás,
32 assim como o próprio ano de 2020 está acabando com bem mais condição de respirar do que
33 chegaram a prever. Observa que para 2020, não se lembra agora se para 2021, a diferença do
34 deflator na previsão de arrecadação, pois o IGP, em relação ao IPCA e ao outro é muito maior
35 por conta da inflação este ano, que está apresentando um comportamento até que meio raro, em
36 que os dois tipos de índice de inflação são muito diferentes. Pergunta se as despesas com
37 utilidade, que acabaram sendo este ano muito menores do que o que estava previsto por conta
38 da paralisação das atividades, estão previstas para que voltem com ocupação toda no começo,
39 em março, por exemplo, em um cenário de retorno às atividades presenciais todas da
40 Universidade, como se fosse um ano normal, o que é confirmado pelo senhor Thiago. Diz que

1 ainda existe uma grande incerteza; provavelmente não vão estar 100% afastados, como foi o
2 miolo da pandemia agora, mas terão pelo menos no primeiro semestre alguma folga nessas
3 despesas também, como já estava acontecendo. Com relação às sentenças judiciais, solicita
4 confirmação se existe um mês em que se faz a provisão para isso, e o que foi previsto vai ser
5 executado, não tem nem como aumentar, nem diminuir, o que é confirmado pelo senhor Thiago.
6 Na apresentação feita pelo senhor Thiago, não viu dois gráficos que são importantes, que talvez
7 até pudessem aparecer no material que vai para o Consu, o primeiro é o gráfico do saldo
8 orçamentário, aquele com fundo amarelo quadriculado. E pergunta se o patamar das reservas
9 hoje está mais ou menos o que estava alguns meses atrás, ou se são R\$422 milhões a que alguém
10 se referiu aqui. O SENHOR PRESIDENTE confirma que é isso. O Professor ANDRÉ
11 MARTINS BIANCARELLI diz que esse gráfico talvez fosse interessante mostrar, porque é o
12 caixa da Universidade. O outro gráfico é aquele que tinham colocado em outras apresentações,
13 que é muito útil para dizer exatamente isso que o acadêmico João apresentou, é aquele em que
14 consta uma barra com três cores que mostra o déficit do exercício, o déficit carregado, que é
15 mais ou menos o mesmo, R\$128 mil para R\$129 mil. O último comentário, um pouco mais
16 informal, é uma pergunta ao senhor Thiago sobre qual é a expectativa concreta, para além do
17 que se pode escrever no papel, sobre esses R\$157 milhões. Leu e releu, mas ainda não entendeu
18 se depende de uma aprovação complementar ou depende de o estado considerar que essa receita
19 do ICMS que vai aumentar por conta do fim de isenções não é ICMS, se é preciso driblar a
20 vinculação, algo assim. Pergunta o que ele tem ouvido nas suas conversas a respeito desse
21 assunto; acha que precisam ficar protegidos mesmo, até para não criar expectativa e também
22 depois não terem problema com isso. Mas pergunta o que podem esperar, informalmente, a
23 respeito disso. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz, começando pelos gráficos, que o
24 gráfico do saldo realmente faltou, acabou na correria passando. Mas a situação atual é:
25 terminaram 2019 com o saldo de R\$402 milhões; ele chegou a ser reduzido a R\$360 milhões
26 no pior período da pandemia, e em 30 de outubro, esse gráfico estava em R\$422 milhões. Desse
27 valor, se descontarem os R\$160 milhões de décimo terceiro, e é até um valor menor que isso,
28 porque alguma parte já foi antecipada, chegam aos R\$260 milhões. Em outubro, quando
29 efetivamente pagaram as sentenças, no valor de R\$20 milhões, a arrecadação não caiu; então a
30 tendência é de um gasto menor até o final do ano, e devem entrar mais recursos na reserva do
31 que tinham. O saldo deverá ser de cerca de R\$300 milhões quando terminar o ano. Esclarece
32 que as sentenças judiciais entram de duas formas: há aqueles precatórios, que são o que recebem
33 até junho, com valor certo, que estão colocando, já com a correção imaginada, para pagamento
34 em outubro de 2021. Dos R\$8 milhões, R\$6,5 milhões é o valor certo, é só esperar a chegada
35 do dia 30 de outubro para efetuar o pagamento. O outro R\$1,5 milhão tem R\$500 mil em que
36 imaginam uma correção, uma variação dos valores, e R\$1 milhão que é o que pagam nas
37 sentenças de pequeno valor, que o juiz decreta e já pagam, não precisam escrever na próxima
38 proposta orçamentária. São valores menores que acabam sendo pagos mês a mês, então tem
39 R\$1 milhão, mais ou menos, que é a base disso. Sobre os condicionados, quando surgiu a LOA
40 com esse recurso condicionado, a primeira movimentação foi ligar na Secretaria da Fazenda,

1 para perguntar como ela faria isso. Na verdade, eles nem sabiam disso ainda, os condicionados
2 que estavam lá não tinham chegado na Secretaria da Fazenda. Mas, dentro da própria lei, é
3 estipulado que as arrecadações de recursos do tesouro do estado entram pela fonte do tesouro,
4 que é a 001. Eles criaram uma 091 e uma 092, que vai ser a quota-parte do estado e a quota-
5 parte dos municípios. Acredita que eles devam segurar isso durante o começo do ano, em vez
6 de distribuir 1/12 do pessoal em cada mês, eles distribuem um valor e deixam quase que uma
7 folha a mais em dezembro. Então acha que tem a parte de pagamento de décimo terceiro e tudo
8 o mais, só que na verdade eles começaram a fazer isso no meio da crise dos últimos anos, e
9 antes eles distribuía mais proporcionalmente. Em novembro e dezembro, colocavam valores
10 maiores relativos ao décimo terceiro, mas teve ano em que eles seguraram muita dotação em
11 dezembro, o que dificulta até um pouco o funcionamento das universidades. O que imagina, e
12 estavam conversando um pouco entre as outras universidades, é que ou ele abre com esses
13 R\$157 milhões já de cara contingenciados, e que se houver recuperação de ICMS ele vai
14 abrindo, da mesma forma que em 2020, quando foram lançados os dados da segunda revisão,
15 já foram contingenciados da Universidade praticamente R\$270 milhões, e em outubro e
16 novembro esses recursos foram sendo liberados, desbloqueados. Então, imagina que vão
17 cancelar tudo e ir desbloqueando caso precise, ou vão deixar esse valor lá em dezembro como
18 uma reserva, e se a arrecadação for maior que a prevista, vão transferindo essa reserva para
19 dezembro, como os recursos do tesouro do estado. Mas isso é totalmente incerto, porque
20 conversando com as diferentes secretarias, ninguém sabe exatamente nem como a LOA vai ser
21 aprovada, porque quando surgiu o projeto de lei, o que obtiveram de informação pela Secretaria
22 de Desenvolvimento, da equipe de orçamento deles, que fez a LOA, é que se aprovado, eles
23 iam lançar uma nova LOA com esses acertos. Mas a informação do começo deste mês é que
24 eles já identificam que não podem fazer um novo projeto; pode ser que a Alesp faça um projeto
25 de acerto, como se fosse um relatório paralelo, só que em nenhum momento mais eles
26 confirmaram que iriam fazer isso. Então, a Secretaria acha que a LOA vai sair desse jeito e, no
27 decreto de execução que acontece em 15 de janeiro, vai ser estipulado como vai poder ser feita
28 a execução desse novo item. Se vai ser feita uma transferência para o orçamento relativa aos
29 aumentos de arrecadação ou eles vão contingenciar. Como não veio informação, e como foi
30 tudo esse ano, ficam na preocupação de que eles voltem lá atrás e queiram taxar a Universidade
31 pelo que é tesouro do estado. Se essa arrecadação for R\$118 bilhões, devem acabar recebendo,
32 a não ser que tenha alguma coisa a mais no período, não sabem exatamente quando vão começar
33 a repassar isso, pois eles podem seguir travando em um limite, como dava a entender aquele
34 primeiro ofício da Secretaria lá atrás, na proposta, e isso não veio. O que acredita é que eles
35 podem até conseguir segurar isso por um tempo, mas uma hora eles vão acabar liberando. Então,
36 se a arrecadação for maior, eles vão acabar repassando até por causa da obrigatoriedade da lei
37 de diretrizes orçamentárias. Mas também tem dúvida se a arrecadação vai ser tão maior, porque
38 se pensam nos R\$118 bilhões, estão pensando em uma arrecadação de praticamente R\$10
39 bilhões por mês, que é o que estão arrecadando hoje. Imaginando todos os impactos que possam
40 vir da pandemia, com final dos auxílios, recursos sendo repassados, a arrecadação tende a já

1 em janeiro recuar desse patamar de R\$10 bilhões. Então, mesmo que isso cresça, talvez não
2 cresça os R\$157 milhões, ele cresça um valor menor. Acha que tem toda parte da isenção de
3 benefícios que eles mexeram, que aquilo pode causar um impacto e talvez chegue nos R\$118
4 bilhões, mas não há como afirmar isso hoje. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI
5 diz que é isso mesmo, a previsão do ponto de vista do nível da atividade econômica é muito
6 incerta. Mas, na verdade, o comportamento da economia brasileira esse ano deu umas três ou
7 quatro cambalhotas, então, está derrubando qualquer previsão. Particularmente nesse aspecto
8 da arrecadação está muito surpreso com o que aconteceu, então acha que não dá para contar
9 com isso, parece meio otimista mesmo pensar em R\$10 bilhões por mês. O SENHOR
10 PRESIDENTE diz que precisam fazer uma previsão um pouco mais pé no chão, e caso haja
11 entrada de recursos adicionais, vão incorporando isso ao orçamento e abatendo inclusive do
12 déficit, que é relativamente alto no próximo ano. As reservas vão ficar, como disse o acadêmico
13 João Luis, severamente comprometidas, mas vão torcer para que consigam manter essas
14 reservas para os próximos anos. Lembrando que se não fizerem nenhuma contratação, nem
15 promoção em 2021, terão de fazê-las em 2022, então precisarão ter recursos em 2022 para as
16 promoções, para as contratações que estão sendo postergadas, mas que em algum momento
17 terão que ser feitas. O Professor ANDRÉ MARTINS BIANCARELLI pergunta se a redução
18 prevista no nível de gasto, por exemplo, com auxílio-alimentação, auxílio-criança etc. é toda
19 por conta de afastamentos previstos, seja por aposentadoria, seja por demissão, não respostas.
20 Em alguma medida está sendo reposto, particularmente pedido de demissão em alguns casos
21 extraordinários, mas esse é um exercício de estimativa que esse processo de encolhimento do
22 quadro, tanto de docente quanto não docente, vai continuar. O SENHOR PRESIDENTE diz
23 que estão repondo, mas não imediatamente. Então, qualquer demissão que ocorra causa um
24 atraso para contratação, e isso faz com que haja uma redução. Só há um item que teve aumento
25 de 2020 para cá, que foi o auxílio educação especial, que teve um reajuste em 2020 e, por conta
26 disso, houve um aumento. Os demais estão reduzindo. O senhor THIAGO BALDINI DA
27 SILVA diz que houve um aumento no valor do auxílio educação especial no início do ano, que
28 foi um pedido que apareceu na proposta de 2020 e passou, acabou entrando esse valor na
29 primeira revisão. Seguindo nessa linha, quando falam daqueles dados que entram na PDO e
30 estão agora, estão falando da folha de pessoal baseada em praticamente junho a setembro,
31 alguns dados de outubro da folha de pessoal. Então, quando está o número de 2020, é o valor
32 referente ao número de pessoas que estava até setembro de 2019; o número de pessoas que tem
33 de setembro, praticamente 2019 a 2020, que já saíram da Universidade. Algumas pessoas vão
34 ser repostas, mas a grande maioria é de aposentadoria ou que diminuíram efetivamente o
35 quadro, pois o número é bastante expressivo se pegarem a redução do número de pessoas aqui
36 dentro, de servidores e docentes. O Professor SÉRGIO LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO
37 agradece pela apresentação, como sempre muito boa, e acha que pelos comentários feitos até
38 agora, está cada vez mais claro que estão com um quadro mais fácil de entender. Por isso
39 mesmo, e também pelos comentários que alguns colegas fizeram aqui, precisam frisar a ideia
40 da incerteza em relação ao ano que vem. Isso que o professor André falou das três cambalhotas

1 deste ano, espera que não aconteça o ano que vem, mas continuam com um nível ainda de
2 incerteza alto em relação à possibilidade de uma nova queda na economia causada por algum
3 retorno da pandemia; os números ainda são pouco claros sobre isso, mas já começam a aparecer.
4 Esse assunto pode ter dois encaminhamentos, um é o encaminhamento normal, dizendo que a
5 previsão é essa, é o que está colocado na LOA, que vai ser provavelmente voltado esses R\$2,43
6 bilhões mais os R\$157 milhões condicionados, que ninguém sabe o que quer dizer. Acha que
7 aquela observação feita pelo acadêmico João Luis, de deixar claro, é importante. Para quem lê
8 está claro o que está separado ali, inclusive entre receita e despesa, mas precisam deixar claro
9 que aquilo não está garantido para nada, porque quando o governo cria um nome novo para um
10 assunto antigo, tem alguma razão para isso, que pode ser uma razão absolutamente justa, da
11 incerteza também do governo, mas pode ser uma outra razão que, como disseram aqui,
12 desconhecem ainda. Então, na hora de apresentar isso, acha que precisam deixar mais claro. A
13 segunda coisa, dado também esse cenário de incerteza, e sempre indo pelo lado mais cauteloso,
14 o assunto dos recursos não gastos, muitos deles sabem que são comprometidos com obras, que
15 falta completar um pouco para poder sair, aquela lista que foi passada no anexo hoje muitos
16 deles estão sendo empenhados, outros têm uma licitação que furou. Há várias razões para os
17 R\$66 milhões que estão nas unidades e que é bom que fiquem ali, porque é a única reserva
18 financeira que possuem, além daquela que está sendo chamada de reserva. Então, ter a dotação
19 orçamentária dentro das unidades é uma certa garantia que possuem de que se precisarem
20 recorrer a isso mais à frente, ela estará disponível. Tomara que não precisem, tomara que esse
21 dinheiro, naquilo que é essencial para as unidades, seja gasto naquilo que está previsto como
22 tem de ser, mas que fique mais protegido ali. E a razão é a mesma, a razão é algo que pode
23 acontecer ano que vem, ou seja, se fossem executar tudo, do ponto de vista contábil, como está
24 colocado, no ano que vem as reservas zeram. O que significaria entrar em 2022 já com um
25 represamento imenso de progressões e contratações. Está colocando a questão para a COP
26 ajudar a pensar na forma de apresentar isso, porque a postura cautelosa é absolutamente
27 necessária neste momento, e com a seguinte vantagem: a Unicamp tem duas revisões durante o
28 ano, e caso o cenário se mostre mais favorável, fazem as revisões. Mas a postura inicial precisa
29 ser de extrema cautela face ao panorama que está colocado no país, então devem colocar ênfase
30 em uma ou outra frase no documento, como já foi sugerido. O passivo que foi criado nem é
31 muito grande, mas ele contém progressões, promoções e contratações que sabem que no
32 momento em que for liberado, a Universidade vai ter de enfrentar isso, criar critérios de alguma
33 maneira. Então a postura cautelosa de ir reservando os recursos para que isso possa ser feito é
34 fundamental, porque podem enfrentar um caos no ano que vem, ou se não for já no ano que
35 vem, no mais tardar no começo de 2022, em termos de demandas legítimas das pessoas. Parece-
36 lhe que não há outra forma, não vão propor um orçamento A, um B e um C, precisam aprovar
37 um, e esse é o que se coloca pela previsão da lei orçamentária. Então, não tem muito como fugir
38 disso. Entretanto, do ponto de vista da comunicação, acha que podem enfatizar e mostrar que
39 as revisões orçamentárias existem para isso mesmo, em caso de necessidade e até de mudança
40 do marco do quadro legal, houve essa alteração da lei complementar. Porque tem um cenário

1 de múltiplas incertezas que os membros aqui já comentaram, que também não cabe ficar
2 repetindo aqui, que merece, portanto, um aviso cuidadoso, de postura cautelosa, com revisões
3 em função daquilo que for acontecendo. O Acadêmico JOÃO LUIS SARAIVA MORAES
4 ABREU diz que o senhor Thiago mencionou a questão da insuficiência financeira, com a qual
5 se surpreendeu positivamente, porque ela crescia em uma percentagem praticamente fixa,
6 expressiva ano a ano. O crescimento da folha de inativos dos anos 2000 até 2013 representa
7 uma trajetória contínua de crescimento expressivo, e em 2013 para de crescer, em 2014 começa
8 a cair, inclusive essa queda na folha de pagamento, que no grupo de Pessoal está salvando a
9 Universidade, com o salário dos professores e funcionários sendo corroído, chegou a níveis de
10 2005 no caso dos servidores, o dos professores está a nível de 2010, mas ano que vem vai
11 provavelmente cair, pela projeção, ao nível de 2005. Ficou curioso porque era esperado que a
12 insuficiência financeira continuasse crescendo, e a queda na folha de ativos compensasse esse
13 crescimento do número de inativos. Pergunta ao senhor Thiago por que houve essa arrefecida
14 na insuficiência financeira, se foi a reforma previdenciária ou se foi o impedimento dos
15 reajustes mesmo. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA responde é exatamente isso, o
16 impacto da reforma da previdência, do aumento de 11% para 14% na contribuição, e também
17 em setembro houve um novo impacto que foi o aumento dos inativos, com pagamento a partir
18 de R\$1.100, não mais do teto do INSS. Então esses dois impactos estão refletindo, tanto que
19 eles conseguem diminuir todos os aumentos ocorridos na folha, eles conseguem ser maiores do
20 que tudo que houve de modificação. Esse impacto de redução representa R\$50 milhões,
21 aproximadamente. O Acadêmico JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que essa
22 questão da insuficiência é fundamental, porque talvez não estejam tão perdidos. Pergunta se ela
23 tem previsão de continuar da forma como está, se tem tendência de queda ou tem previsão de
24 retornar a crescer. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA responde que acha que a tendência
25 continua a mesma. É lógico que se olharem para os últimos anos, com a reforma da previdência
26 sempre muito próxima, por dois a três anos muitas pessoas preferiram se aposentar do que ficar
27 mais um pouco, por medo da reforma. Então, nos últimos anos deve ter havido um aumento
28 desses valores de insuficiência, pois talvez se não tivessem ocorrido todas essas mudanças
29 previdenciárias, elas poderiam ainda estar dentro da Universidade. Mas com a mudança da
30 legislação, os encargos aumentados, como a quota patronal dos servidores, há um impacto
31 imediato, e a tendência agora é que volte a subir. Houve o impacto de aprovação, claro que
32 talvez possam na primeira revisão fazer um ajuste melhor desse impacto, por estarem
33 considerando as folhas até setembro, e o último impacto foi agora. Talvez possam ter um
34 histórico maior, e dessa forma diminua um pouco. Mas a tendência é que, após esse impacto,
35 ela volte a subir. Talvez ela suba em um ritmo um pouco menor do que anteriormente, porque
36 assim muitas pessoas que estavam próximas a se aposentar ganharam um ano, aumentou um
37 pouco, e talvez isso tenha atenuado, mas a tendência é de alta daqui para frente. O SENHOR
38 PRESIDENTE diz que o senhor Thiago falou uma coisa importante, que com a reforma da
39 previdência aumentou o tempo de permanência das pessoas na ativa, e isso também terá um
40 efeito que precisa ser devidamente quantificado. Para receber o salário integral, além de ter uma

1 idade, 60 para homens e 57 para mulheres, é preciso pagar um pedágio, correspondente ao
2 tempo que faltava em maio de 2020 para que se aposentasse por tempo de serviço, e isso vai
3 atrasar as aposentadorias, e com isso vão sentir algum reflexo também na insuficiência. Então,
4 também precisam calcular esse reflexo. O Acadêmico JOÃO LUIS SARAIVA MORAES
5 ABREU diz que seria até interessante fazer uma nova contratação de um serviço atuarial para
6 ver agora como fica a previsão de estabilização da folha a partir desses novos dados, porque os
7 que possuem são antes da reforma da previdência, imagina que vá mudar significativamente.
8 Outra dúvida que tem é que foi dito que talvez consigam terminar o ano com as reservas em
9 torno de R\$300 milhões. Ficou surpreso, e pergunta quanto então estão esperando de déficit,
10 porque está registrado como previsão R\$260 milhões. É claro que a segunda revisão não
11 esperava esse crescimento da arrecadação que tiveram, porque se terminarem com R\$300
12 milhões, mesmo que haja esse decréscimo de R\$157 milhões, e sinceramente não é muito
13 positivo em relação a isso, conseguiriam fechar o ano que vem. O SENHOR PRESIDENTE
14 observa que os R\$157 milhões estão na receita e na despesa, então ele não está sendo
15 considerado na receita, e, portanto, sairá da reserva financeira. O que precisam pensar que vai
16 reduzir a reserva financeira no curto prazo é o décimo terceiro, 1/3 de férias, e é isso que faz
17 com que o Thiago preveja o saldo de R\$300 milhões no fim do ano. Mas os recursos
18 condicionados não estão sendo considerados para reserva, ou seja, quando mencionam o déficit
19 de R\$260 já é incluindo isso, e se retiram os recursos condicionados, o déficit cai para cerca de
20 R\$70 milhões. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA diz que o déficit lançado na segunda
21 revisão era de R\$379 milhões, R\$116 de déficit de saldos anteriores, que está passando para
22 praticamente R\$130 milhões, então aqueles R\$260 milhões que sobraram, já estão em R\$250
23 milhões, aproximadamente. E esses R\$250 milhões, realizando a arrecadação dos R\$108,8
24 bilhões, já vão ganhar pelo menos mais uns R\$150 milhões daqueles dados. Então, com a nova
25 arrecadação e o desconto desse déficit, o déficit cai por volta de R\$100 milhões. Então, por isso
26 que dos R\$400 milhões, imaginando dados do início do ano, chegaram nos R\$300 milhões no
27 final do ano. O Acadêmico JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que é uma ótima
28 notícia. Mais uma dúvida que possui é em relação aos recursos para moradia estudantil: sempre
29 aparece, desde 2014, que não houve reajuste no valor de R\$400 mil que são destinados à
30 moradia estudantil, e que constam sempre na proposta de distribuição orçamentária como
31 reforma da moradia. Porém, esses recursos nunca são integralmente utilizados e eles também
32 não são reajustados. E quando eles aparecem, é em uma outra tabela enquanto despesas da
33 assistência estudantil com a moradia, e são contabilizados ali, se não está enganado. A sua
34 dúvida é se esses recursos são para reformas ou são recursos utilizados orçamentariamente para
35 cumprir com a moradia, e onde ficam essas sobras. Porque já existe uma corrosão de 36% desses
36 recursos de 2014 até o ano vigente. Então houve uma repressão dos recursos para reforma da
37 moradia significativa, só que isso não seria um problema porque eles não vêm sendo
38 empenhados integralmente, acha que no último ano foram empenhados R\$128 mil. A moradia
39 precisa de reformas, inclusive tem conversado com o pessoal das obras que cuida disso e é
40 importante que esses recursos sejam empenhados. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA

1 diz que isso consta como programa da moradia, não são exatamente reformas. No Grupo VII,
2 há uma linha denominada “programa da moradia estudantil”, em que entra limpeza,
3 manutenção, então é um valor que até citou que foi reajustado em alguns contratos e aqueles
4 valores que aparecem ali são um pouco também desse programa, não somente não é da reforma
5 da moradia. São despesas com a moradia de forma geral, e esses recursos não estão sendo
6 reajustados. Não sabe exatamente as condições, as formas, o que precisa, mas, de fato, até agora
7 esses R\$400 mil têm sido suficientes, mesmo porque nos anos passados eles usaram outros
8 recursos, como contratos de manutenção predial, há o contrato novo da limpeza das caixas
9 d’água, existem outras manutenções por fora. E essa reforma da moradia seria para itens
10 específicos, mas isso não vem se realizando de fato, por isso não existe a necessidade de
11 aumentar esses valores na proposta. O Acadêmico JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU
12 diz que isso tudo apresentado aqui traz cenários mais positivos para o ano que vem, com essa
13 projeção de um déficit menor. Reforçando o que o professor Salles falou, tende a ficar muito
14 clara essa incerteza em relação aos R\$157 milhões, porque mesmo que esteja na proposta de
15 distribuição orçamentária ou esteja na LOA, para serem utilizados terão de ser transferidos de
16 alínea. Então, em princípio, esse recurso não poderia ser contabilizado como bem no quadro de
17 receitas e despesas, ele está lá em ambos os lugares, como o professor Francisco reforçou.
18 Porém, quando tratam desses recursos, talvez pudessem deixar mais claro que, em princípio,
19 não há garantias. No quadro de receitas e despesas, realmente eles se encontram em ambos os
20 lugares, mas, por exemplo, na alínea da participação dos recursos do tesouro do estado de cada
21 grupo de despesa, estão utilizando esses R\$157 milhões contabilizados ali. E isso não fica claro,
22 porque logo no começo da proposta está escrito que esses recursos não vão ser contabilizados
23 na RTE. Então acha que deveriam dizer que “não há garantia, mas, em função disso, nos
24 quadros que se seguem eles serão utilizados, com alguma indicação que traga isso, porque senão
25 gera uma confusão. O SENHOR PRESIDENTE diz que o acadêmico João Luis tem toda razão.
26 Estão contabilizando isso em alguns locais, e deveriam deixar claro no começo que esse recurso
27 está sendo considerado para esse cálculo dos percentuais. O Acadêmico JOÃO LUIS
28 SARAIVA MORAES ABREU diz que acha muito importante, porque como é um recurso
29 muito expressivo, ele vai definir completamente o futuro da Universidade. Estranhou porque
30 verificou os recursos do tesouro do estado e a participação da folha de pessoal neles estava em
31 83%, ou seja, estava abaixo do índice de 85%, que é o índice que possuem por conveniente
32 como um bom consumo da despesa de folha de pessoal, e mesmo assim ainda vão estar
33 incorrendo em déficit. O SENHOR PRESIDENTE diz que 88,32% é o percentual da despesa
34 de Pessoal, e descontando esses 6% de recursos condicionados, o valor sobe de 82,94% para
35 88,32%, portanto, como mencionou o acadêmico, esse montante não é desprezível, ele provoca
36 um salto considerável. O Acadêmico JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU diz que sua
37 preocupação é que esteja muito claro a toda comunidade, porque isso é uma guerra que o
38 governo quer traçar contra as universidades estaduais, este ano não conseguiu, saiu prejudicado,
39 e põe um gatilho que pode ser utilizado ano que vem. É preciso que a comunidade esteja ciente
40 disso, para que possa exigir que isso não passe, porque as projeções do documento são muito

1 otimistas e a PDO vai se fechar sem esses recursos, imagina, ainda mais com essa segunda
2 onda, que o prefeito e o governador estão adiando para anunciar, mas que está claro que vai
3 estourar. Diz que fica alarmado com o IGP-DI que o professor André comentou, porque dá
4 impressão de que 2021 vai ser um ano pior do que 2016, se pegam o IGP-DI, pela parte das
5 receitas. Não sabe como é composto esse índice exatamente, até pesquisou, parecia que era tudo
6 bem, mas, quando veem os resultados, não é. Na figura 4, sobre as despesas de utilidade pública,
7 utilizam o IGP-DI para deflacionar, também no gráfico do anuário estatístico de grupos de
8 despesas, e com ele chegam em resultados a partir dos quais não conseguem analisar a
9 realidade. O mesmo acontece quando verificam os valores da receita em IGP-DI; em 2016, o
10 orçamento parece excelente comparado a esse ano. E quando olham pelo IPCA, estão
11 praticamente estagnados na mesma situação ruim. Então, talvez nem devessem colocar esse
12 indicador aí, porque ele mais confunde do que ajuda. Então, se for possível mudar também na
13 Figura 4 a utilização desse deflator para conseguir ver a evolução das despesas, acha que seria
14 positivo. O SENHOR PRESIDENTE diz que não há mais inscritos e pergunta se podem colocar
15 em votação essa proposta, com os comentários feitos pelos membros, aos quais agradece. Vai
16 conversar com o senhor Thiago para que agreguem isso a tempo para a CAD, para que o texto
17 da CAD fique ainda mais preciso e para que não cause nenhuma dúvida na Câmara. Então
18 pergunto se podemos colocar em votação. O senhor THIAGO BALDINI DA SILVA observa
19 que na assistência estudantil, como criaram uma nova bolsa de auxílio transporte ao ensino
20 médio, ficou faltando mencionar esse valor na parte de bolsa. Na sua apresentação, já tinha até
21 colocado o novo valor. Vai aumentar R\$26 mil e o percentual passa de 19,15% para 19,16%, e
22 fará esse acerto para a CAD. O Acadêmico JOÃO LUIS SARAIVA MORAES ABREU solicita
23 confirmação se, apesar de terem um aumento nominal nos recursos para bolsa, esse aumento
24 não se configura enquanto aumento real, em termos de recursos. O senhor THIAGO BALDINI
25 DA SILVA responde que todos os aumentos de bolsa se referem à quantidade, os valores
26 continuam os mesmos. Não havendo mais observações, o SENHOR PRESIDENTE submete à
27 votação, com as correções que serão feitas, o item 01 da Ordem do Dia, que é aprovado com
28 07 votos favoráveis e 01 abstenção. Nada mais havendo a tratar, eu, Aline Marques, redigi a
29 presente Ata que será submetida à apreciação dos Senhores Membros da Comissão de
30 Orçamento e Patrimônio do Conselho Universitário. Campinas, 26 de novembro de 2020.

NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 145ª SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E PATRIMÔNIO, realizada em 20 de setembro de 2021, sem alterações.